

AME p 2

A metamorfose do mito

O fato de Ulysses Guimarães ter antecipado mais uma violação dos compromissos políticos de seu partido, predispondo-se a aceitar aquele pífio ultimato de José Sarney Costa, nem chega a ser decepcionante, nem altera os dados fundamentais da crise de identidade da organização que dirige. Em uma das mais estranhas metamorfoses, o herói grego que arquitetou o ardil do cavalo de Tróia, para dominar a cidade inimiga, transformou-se no próprio, em seu próprio campo.

A frente da Constituinte, faltou continuamente ao dever essencial de defender-lhe as prerrogativas, curvando-se a todas as agressões do Planalto, com destaque para a auto-ourtoça de um mandato de cinco anos, feita por Sarney e que encontra, nos episódios de agora, novo desdobramento. Homem número um do PMDB, e destacado resistente em outras épocas, desde a ascensão do atual chefe do governo, Ulysses amorteceu todas as tentativas de aceleração do processo de democratização, e, em nome da unidade imobilista, conduziu sua organização à crise em que se debate. Inconstitucionalmente reeleito para a presidência da Câmara dos Deputados, nada fez para retirá-la da marginalização em que se encontra. Por tudo isso, é pelo menos tão

Rio de Janeiro

responsável pela frustração das esperanças nacionais quanto seu parceiro a quem deseja suceder, fazendo disso o objetivo principal das atividades em que se empenha, empenhando o futuro da sociedade.

Se se houvesse retirado de cena ao fim dos governos militares, o deputado Ulysses Guimarães teria conservado a gratidão do país e se manteria como uma voz de respeito; os dois anos e meio transcorridos de então para cá erodiram-lhe, porém, a imagem ou, quem sabe, mostraram-na sem os adornos e disfarces de contingência. A adesão formal do PMDB ao projeto sarneico em nada, porém, alterará os dados básicos da realidade, até porque não passa de mais um recurso fisiológico, que a direção partidária, e o próprio Ulysses, lançarão à cesta de lixo, ao primeiro sinal de mudança dos ventos. Os homens sérios da Constituinte votarão como bem entenderem os artigos da Carta em debate e as fraturas partidárias continuarão a alargar-se, talvez após um pequeno período de recomposição de forças. A crise econômica e a insatisfação social, mais cedo do que muitos supõem e desejam, impulsionarão o PMDB de Ulysses a seu destino de PDS.

Newton Rodrigues

O sistema australiano

A Austrália recentemente andou pelo noticiário político, através do ex-governador Brizola, como um exemplo de relacionamento com os credores internacionais. Mas esse grande país tem outras semelhanças conosco. Seu sistema é composto por uma Câmara de Representantes (com 121 membros) e por um Senado (com sessenta membros, dez por Estado). Tem também uma alta corte com funções semelhantes ao nosso Supremo Tribunal Federal. Tem um partido trabalhista e um liberal (dissidência do Partido Conservador, que depois desapareceu — seria o PDS?), aos quais se juntou posteriormente o Partido do Campo ("Country Party"), que em sua formação lembra infaustamente a UDR e vota com os liberais. Sempre. As alterações da Constituição, entretanto, são consumadas apenas após um referendium que, aliás, também é usado quando o governo precisa tomar algumas medidas de maior importância, o que já ocorreu inclusive com a definição de horário de fechamento de hotéis e o serviço militar obrigatório.

Nas eleições para a Câmara de Representantes pratica-se um sistema interessante, de voto preferencial ("preferencial vote"), decorrente de uma idéia análoga ao escrutínio em dois turnos. Nesse sistema o eleitor vota em vários

Recife

nomes, por ordem de preferência, sendo eleito aquele que obtiver maioria absoluta. Caso essa maioria não seja obtida, elimina-se o candidato menos votado e distribui-se os votos dados a eles pelos demais, em função de suas preferências subsequentes, assinaladas no voto, prosseguindo esse sistema de eliminação até que um dos candidatos obtenha aquela maioria absoluta. A vantagem desse sistema decorre da obtenção de um consenso possível, evitando-se o risco de que possa ser eleito, em razão da fragmentação de nomes, candidato de um setor determinado, claramente rejeitado pela maioria da população. Também evita os custos, os traumas e os acordos entre as elites eventualmente no caso de uma nova votação.

Esse sistema poderia ser adotado pela Constituinte para nossos cargos mais importantes, ou outro qualquer. Menos o do texto do último substitutivo, porque nada poderá ser tão ruim como o processo definido ali, que afasta o povo dessa escolha, em um segundo turno, transferida ao Congresso e às Assembléias. Como se tudo isso tivesse decorrido de uma campanha por "indiretas-já". Como nos velhos tempos.

José Paulo Cavalcanti Filho